

## EDITORIAL

# Entre choque de gestão e déficit zero

Depois de reconhecer os aspectos construtivos da proposta de déficit nominal zero, o ministro Antonio Palocci afirmou que o governo não trabalha com essa meta. Apesar de toda a tensão política dos últimos dias, o ministro assegurou que prepara um "choque de gestão", para reduzir de modo consistente os gastos nominais, começando pela Previdência Social. Em reunião na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Palocci disse que é possível zerar o déficit, mas "isso deve ser referência, não meta". Daí a defesa do choque de gestão no setor público para torná-lo mais eficiente e, portanto, com gastos menores.

Mesmo com todos os esforços de controle, como reconheceu Palocci, as despesas do governo cresceram 3,4%/ano na gestão Lula. Só os gastos com a Previdência aumentaram 9,2%/ano desde 2003; porém, segundo o ministro, as demais despesas do governo tiveram expansão zero.

O ministro Palocci não jogou uma pá de cal na proposta de déficit zero, mas ponderou que superávit primário consistente é mais eficiente para a redução da dívida que buscar o déficit zero.

Merce atenção a defesa que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) já fez da política de ajuste fiscal de longo prazo, com elevação do superávit primário do setor público dos atuais 4,25% do PIB para 5%, meta a ser mantida em 2006.

A posição da área econômica também reflete o estudo do Cen-

---

### **Estudos do IPEA e Ciesp sustentam posição da Fazenda que superávit primário consistente é melhor para redução da dívida do que déficit zero**

---

tro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que definiu a proposta de déficit nominal zero como "inadequada" para a indústria por trazer riscos excessivos para o setor produtivo por ser "contracionista". O estudo lembrou que arrocho fiscal ao lado do monetário "nos deixaria no pior dos mundos". O Ciesp reconheceu o déficit zero como instrumento válido para a dinâmica econômica "desde que haja condição para isso". Para ter déficit zero seria preciso, na visão do Ciesp, manter a carga tribu-

tária no nível atual, prejudicando todas as tentativas de reduzi-la.

Os ministros Palocci e Paulo Bernardo (Planejamento) consideram arriscado definir meta nominal rigorosa sem ter controle da principal variável da despesa contabilizada, ou seja, os juros da dívida pública.

Esse é o ponto essencial nesse debate. Aliás, o ministro da Fazenda cometeu um ato falho ao lembrar que a política monetária não irá se mover por idéias futuras, mas "quando a inflação der condições para que os juros sejam baixados". Ora, nesse caso, com a deflação acumulada, a ansiada queda dos juros já não deveria ter ocorrido?

A crítica dos economistas ortodoxos contra a proposta refere-se também a esse mesmo ponto. Eles enfatizam que só quando o esforço fiscal de longo prazo estiver consolidado será possível esforço monetário menor. Ou, em outras palavras, se fixado déficit zero, o poder de fixar limites na expansão da moeda diminui, risco grave na lógica ortodoxa. Para outros críticos da proposta, não ortodoxos, porém realistas, o risco maior do déficit zero está nesse dispensar da realidade.

Como lembrou o diretor do Ciesp e coordenador do estudo, Boris Tabacof, a opção pelo déficit zero é "longa e duvidosa", reafirmando sua preocupação "não com 2009, mas com 2005 e 2006". Tabacof enfatizou que déficit zero, necessariamente, não reduziria os juros, e que essa condição seria "básica para alavancar os investimentos privados e desenvolver a economia".

O estudo do Ciesp defende um "choque de investimento", enfatizando que, enquanto não houver esforço público e privado para que a taxa de investimento atinja 25%, "dificilmente o crescimento de 5% se tornará realidade". Palocci concorda com essa análise. Sem queda de juros não haverá investimento e, sem ele, não há crescimento.

Déficit é questão de excesso de gastos do Estado, como também reconheceu o ministro. Falta convencer outros formadores de opinião de que entre os poderes do controle da moeda não está o de gerar confiança, seja no consumidor, seja no investidor. Quem tem esse poder é o custo mais baixo do dinheiro.

**Para imprimir, enviar ou comentar, acesse:**  
[www.gazetamercantil.com.br/editorial](http://www.gazetamercantil.com.br/editorial)